

## AS BARREIRAS À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES MÃES NO ENSINO SUPERIOR<sup>1</sup>

ANA CÁSSIA ALVES CUNHA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção,  
Ceará, Brasil

GEÓRGIA MARIA FEITOSA E PAIVA

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção,  
Ceará, Brasil

---

**RESUMO:** Esta pesquisa visou compreender sobre os desafios enfrentados pelas estudantes mães para permanecer no Ensino Superior. Para isso, foi realizada investigação qualitativa, do tipo exploratória, com foco no desenvolvimento de uma pesquisa-ação em uma Universidade no Ceará. O estudo passou pelas seguintes etapas: a) revisão bibliográfica e pesquisa documental; b) aplicação de questionário; c) rodas de conversa e formações para o acolhimento das estudantes; e d) criação de documento com demandas das discentes. Assim, foi possível conhecer as políticas de acolhimento da Universidade às estudantes mães, traçar um perfil delas, considerando dados demográficos e experiências de vida. Com base nos relatos, é necessário criar mecanismos mais efetivos para garantir a permanência das estudantes-mães na Universidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudantes-mães; Permanência Universitária; Pesquisa-ação.

---

### INTRODUÇÃO

O perfil dos/das estudantes brasileiros/as no ensino público superior mudou de alguns anos para cá, decorrente das Ações Afirmativas e Políticas de Cotas, que ampliou o acesso aos espaços universitários pelas populações mais vulneráveis economicamente. Infelizmente, essas mudanças não garantem a permanência e a conclusão dos cursos, e esta problemática se intensifica com o público discente feminino composto, muitas vezes, por estudantes grávidas, puérperas e mães. Diante disso, este texto parte da seguinte questão: quais são os desafios enfrentados pelas estudantes mães de uma para concluir seus cursos em uma universidade pública no interior do Ceará e como a Universidade vem acolhendo suas demandas?

Nossa inquietação parte da hipótese de que, embora a universidade, por meio das ações afirmativas possa contribuir com a entrada de estudantes pretos, pardos, deficientes, entre outros, ela segue reproduzindo estruturas patriarcais, impossibilitando que parte do corpo discente, oriundo das Políticas de Ações Afirmativas permaneçam no ambiente universitário, principalmente os que vivenciam a interseccionalidade de gênero, raça e classe social. É o caso das estudantes mães e gestantes que iniciam seus cursos, mas que, muitas vezes se evadem por não ter apoio para permanecer. Com base nesta problemática, este artigo visa compreender sobre os desafios enfrentados pelas

estudantes mães para permanecer no Ensino superior, a partir de uma pesquisa-ação realizada em uma Universidade Cearense.

A Instituição de Ensino Superior (IES) onde realizamos a pesquisa foi criada em 2010, em resposta a políticas internacionais que possibilitaram ações compensatórias oriundas do processo de escravização e da não inclusão da população afro-brasileira em políticas públicas após a libertação das pessoas que viviam em situação de escravidão. Tanto que, dentre os objetivos apresentados em suas diretrizes, destaca-se que se trata de uma universidade pública brasileira, estruturada no princípio da cooperação solidária, com a missão de integrar estudantes brasileiros e estudantes dos países pertencentes aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste.

O corpo estudantil apresenta uma diversidade de sujeitos/as, de diversos universos sociais. Das áreas urbanas, rurais e/ou periféricas, de diversidades étnicas (quilombolas e indígenas), sejam estes/as do Brasil e dos países de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, com experiências sociais e étnicas tão distantes e tão próximas às nossas.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada uma pesquisa-ação unida a pesquisa documental, sendo esta parte integrante das etapas da pesquisa, juntamente com a coleta de dados, através do uso de formulário eletrônico e acolhimento das estudantes.

Para isso, realizamos uma reflexão sobre a experiência da mulher no ensino superior, trazendo para a discussão o retrato do perfil do/a estudante universitário, em especial as estudantes-mães que vivenciam suas experiências, além de refletir sobre a assistência estudantil e a permanência materna.

Este artigo está organizado em três tópicos, o primeiro versa sobre o cenário atual da atuação dos programas de assistência estudantil e o acolhimento de discentes mães; no segundo apresentamos a metodologia da pesquisa, e no terceiro, a análise e discussão dos resultados.

## **PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O ACOLHIMENTO DE DISCENTES MÃES: CENÁRIO ATUAL**

Segundo a pesquisa publicada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) em 2019, o perfil socioeconômico e cultural dos/as graduandos/as das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, e necessitam da assistência estudantil para se manter no ensino superior.

De fato, com as políticas de ações afirmativas, houve uma mudança no perfil dos/as estudantes. Destes, somente na região Nordeste, os/as pardos/as representam 50,03% dos/as estudantes no ensino superior, os/as que se afirmaram como pretos/as 15%, quilombolas 1,0% e indígenas (aldeados e não aldeados) 0,9%. Do mesmo modo, o quantitativo de mulheres também aumentou, tornando-nos a maioria, "exceto no Ceará e no Rio Grande do Norte." (FONAPRACE, 2019, p. 19).

O que se percebe é que o ensino superior para as mulheres mães é composto por desafios. No mesmo estudo apresenta que 60% das estudantes dos cursos

superiores possuem pelo menos um filho (a), sendo a maioria solteira (68,5%). Um dado alarmante deste estudo sugere que para as mulheres, “à medida que cresce o número de filhos (as) diminui o percentual de estudantes deste sexo, o que indica que maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar”. (FONAPRACE, 2019, p. 60).

Outro dado importante parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD Contínua 2022 (BRASIL, 2023), sobre a relação de trabalho, nas atividades de serviço doméstico não remunerados. Enquanto homens dedicam em média apenas 11,7 horas semanais, as mulheres gastam cerca de 21,3 horas semanais. Embora esses valores pareçam ser subvalorizados, principalmente quando pensamos sobre o trabalho doméstico das mulheres, pois além dos cuidados da casa, se dedicam aos cuidados dos familiares e fora do ambiente residencial.

Hoje, a assistência estudantil do Brasil é garantida através da Portaria Normativa/MEC n.º 39/2007, e regulamentado pelo decreto n.º 7.234/2010 e o PNAES que tem como objetivo “viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.” (Brasil, 2010, s.p.). É através do programa que as universidades desenvolvem a assistência estudantil, sendo este articulado com as atividades de pesquisa, ensino e extensão, conforme apresentado no Art. 3º do documento, “visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior”. Entre as ações que podem ser desenvolvidas destacam-se a assistência a moradia discente, alimentação, transporte, cuidados com saúde, inclusão, esporte, creche e apoio pedagógico.

A ação do PNAES, embora vise a concretização do direito à assistência aos discentes das instituições superiores públicas, não foi uma política criada de forma espontânea, ela é uma resposta aos debates iniciados pelos movimentos sociais e estudantis, sendo este um campo de disputa, pois embora seja reconhecida o seu teor de assistência econômica, ainda existem embates para consolidá-lo como política pública (Pinheiro, 2018; Imperatori, 2017). Neste sentido, assim como o PNAES, os programas instituídos nas universidades cujo objetivo é pôr em prática as ações citadas, são passíveis de alterações, conforme a necessidade do coletivo estudantil, compreendendo que a universidade tem autonomia para decidir quais programas melhor atendem os/asseus/as estudantes mais vulneráveis.

A importância de discutir a situação acadêmica das estudantes que são mães parte do entendimento de que uma universidade responsável na atualidade é aquela que se compromete com o processo de democratização, equidade e justiça social, mas para que isso aconteça medidas antidiscriminatórias e estratégicas devem ser tomadas. (Nunes; Silva, 2020, p. 43).

Para Isabela Baptista Alves (2019), existe um problema quando pensamos sobre as políticas de assistência estudantil baseadas na distribuição de bolsas e auxílios, por ser notável que nem todos os estudantes terão acesso, pois quantitativamente, existe um alto demanda. É necessário que as instituições ampliem suas ações, não sendo baseadas somente no assistencialismo financeiro, mas que de fato dialogue com as atividades de pesquisa, ensino e extensão.

A autora aponta que, “É fundamental que as instituições de ensino, compromissadas com a democracia e os direitos sociais, ofereçam espaços para que as

estudantes que são mães possam deixar as suas crianças, sem serem prejudicadas ao longo de sua graduação” (Alves, 2019, p. 69). Ou mesmo que garantam a execução plena dos direitos já adquiridos, como o regime de exercícios domiciliares a gestante (Lei 6.202/1975), a prorrogação a vigência da bolsa por motivo de nascimento/adoção (Lei 13.536/2017) e a garantia do direito a amamentação nos espaços das instituições federais (Portaria 604/2017).

Quando analisados individualmente, o que se observa são políticas de assistência implantadas no âmbito local, em cada instituição, sendo implementadas conforme a autonomia de cada instituição. Destas experiências destacamos quatro ações, que demonstram que as seguintes universidades reconhecem as necessidades do público universitário e buscam garantir a segurança alimentar, o acesso aos espaços públicos e até mesmo as não violências, como nos casos de assédio.

. A Universidade Federal do Ceará (UFC), desde janeiro de 2024, liberou o acesso de crianças de até 6 anos de alimentarem-se junto ao seu responsável de maneira gratuita. Além destes, também concedeu um reajuste aos valores refere ao auxílio-creche;

. Outra experiência positiva é da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que após consulta pública, vem deliberando sobre a Resolução Normativa que estabelece uma Política Institucional de Equidade de Gênero, trazendo um importante destaque para as questões da maternidade e parentalidade e a aplicação da Licença Maternidade para 180 dias após o parto para as estudantes mães da graduação e pós-graduação;

. A Universidade Estadual Paulista dispõe de Auxílio Licença Maternidade/Paternidade, cujo objetivo é incentivar, em caráter emergencial, a permanência de alunos de graduação que estejam, comprovadamente, em período de licença maternidade/paternidade ou adoção por meio da concessão de auxílios financeiros;

. A Biblioteca Central da Universidade da Santa Catarina e da Universidade Federal de Pernambuco já dispõem de espaços dedicados as famílias e crianças, tendo como objetivo apoiar aquelas e aqueles que precisam ir ao espaço da biblioteca e não com quem deixar a criança, mas também, como um espaço de acolhida para toda a comunidade.

Como pode ser observado, as quatro experiências apontam direitos primordiais, que podem garantir a permanência das estudantes no espaço universitários, mas pensadas localmente e não na esfera nacional, elas não assistem a toda a população de estudantes-mães, ou seja, ainda existem práticas apartadas de uma legislação oficial, embora estas sejam lidas como mudanças necessárias e até mesmo exemplos a serem seguidos.

Além destas ações locais, também existem tramitando alguns projetos de leis que visam assegurar os direitos das mães estudantes no ensino superior. A partir de um estudo realizado pelo Parent in Science (2023), foram enumerados cinco projetos, a destacar:

. PL 840/2021– Objetivo: Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) para prorrogar o prazo máximo para conclusão de cursos e programas de educação superior nos casos de maternidade e de adoção;

CUNHA, A. C. A.; PAIVA, G. M. F. e.

. PL 2260/2022 – Objetivo: Altera as Leis n.º 13.536, de 15 de dezembro de 2017, e n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dispõe sobre prorrogação de prazos em cursos de graduação e pós-graduação nos casos de maternidade, paternidade e de adoção;

. PL 1151/2022 – Objetivo: Estabelece diretrizes gerais para o acolhimento de gestantes, puérperas e mães de crianças e adolescentes em ambiente universitário;

. PL 1270/2023 – Objetivo: Assegura às mães, aos pais ou responsáveis direito, de frequentar a escola ou a universidade com seus filhos de até 12 anos incompletos.

. PL 336/2023 – Objetivo: Altera a Lei n.º 9.394, para assegurar o acesso e a permanência de filhos ou pupilos na instituição durante as aulas

Com a sanção do Projeto de Lei nº 1.741, de 2022, intitulado Mães Cientistas, de autoria da deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ), que garante que mães e pais da educação superior, possam prorrogar os prazos de conclusão de cursos ou programas acadêmicos, em virtude de circunstâncias específicas como maternidade, paternidade ou guarda de menores, por um período mínimo de 180 dias, os Projetos de Leis 840/2021 e 2260/2022 foram contemplados. E embora reconheçamos a importância dessa mudança, ainda serão necessárias muitas outras.

Como vimos, os movimentos sociais e a sociedade civil são fundamentais para as transformações políticas, tanto que, foi instituído o Grupo de Trabalho para promover estudos técnicos sobre a criação de uma Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras (Brasil, 2023), através da Portaria do Ministério da Educação (MEC), de n.º 2005 de 14 de novembro de 2023. O GT só foi possível graças ao movimento político dos coletivos maternos existentes em diversas universidades do Brasil.

## **METODOLOGIA**

Foi realizada uma investigação qualitativa (FLICK, 2009) e exploratória (GEERTZ, 1978; DEMO, 2004)<sup>2</sup>, cujo objetivo foi compreender, a partir de uma pesquisa-ação, sobre os desafios enfrentados pelas estudantes mães para permanecer no Ensino superior. Para a realização da pesquisa-ação, nos baseamos na abordagem de Thiollent (2011).

Participaram da pesquisa mulheres-mães de nacionalidade brasileira e/ou dos PALOP, regularmente matriculadas em cursos de graduação da Universidade no Ceará no período de 2023 a 2024. O desenvolvimento da pesquisa foi dividido em 4 etapas: pesquisa documental, aplicação de questionário e atividades de acolhimento (rodas de conversa e encontros formativos), e criação de documento oficial com demandas das estudantes por ações de acolhimento na Universidade. Para este artigo, apresentamos os resultados referentes às três primeiras etapas da pesquisa.

A coleta documental e de registros foi realizada com o objetivo verificar junto a IES o perfil socioeconômico do corpo estudantil, mas especificamente, das estudantes mães universitárias, para isso, foi utilizado a Lei de Acesso à Informação (LAI). Além das questões apresentadas, também foram utilizadas respostas anteriores da própria universidade ao LAI. Por serem públicas, todas as pessoas que têm acesso à plataforma podem acessar os dados apresentados. Também foram utilizadas outras ferramentas para conseguirmos dimensionar o público da universidade, como, por exemplo, os Dados Abertos da própria instituição.

Para conhecer o perfil das estudantes, aplicamos um questionário, e na ocasião, as estudantes também responderam ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e indicaram se gostariam de participar da próxima etapa. Na terceira fase, realizamos atividades de acolhimento e formação com base nas demandas das estudantes. Foi neste momento que a pesquisa-ação foi iniciada, pela qual promovemos um espaço de troca, cujas participantes conseguiram dialogar, buscando identificar os problemas comuns e as possíveis soluções. Com base no material colhido durante a pesquisa, apresentamos na próxima seção, os resultados de nossa investigação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para síntese dos resultados encontrados, os dividimos em três tópicos, a saber: Dados Institucionais sobre estudantes mães da Universidade; Dados sociodemográficos colhidos na aplicação do questionário; Barreiras enfrentadas pelas discentes no contexto de maternidade.

### *Dados Institucionais sobre estudantes mães da Universidade*

Conforme a Universidade, entre os anos de 2010 até o semestre 2019.2, foram abertos 149 processos de Regime Especial por motivo de gravidez, infelizmente não é possível identificar a nacionalidade das estudantes-mães, por questões do próprio sistema, que não coletou tais dados. Foi registrado também que apenas 4 estudantes solicitaram o PAES no intervalo.

A Universidade informou que, para minimizar vulnerabilidades e necessidades sociais, há possibilidade de concessão do Auxílio Emergencial Estudantil, de natureza eventual e provisória, previsto no rol de auxílios do PAES, deferido mediante análise da situação apresentada pelo/a estudante.

No conjunto de ações apresentadas, a instituição não cita o ProCIADI/PROPAE, o qual é um Programa de apoio a permanência de mães e pais discentes na Universidade, desenvolvendo ações de extensão, a partir da promoção de atividades extracurriculares no contraturno escolar para atender crianças de 4 a 10 anos.

Na época da pesquisa, a PROPAE disponibilizava três bolsistas para atuar na sede fixa do projeto, a Casa Encantada, mas para além dos bolsistas, o projeto conta com a colaboração de voluntários e a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Redenção. Diante disso, observamos que a Universidade, embora ofereça algumas políticas que acolham essas discentes, parece desconhecer tais ações, assim como o perfil delas para implementações mais efetivas.

### *Dados sociodemográficos colhidos na aplicação do questionário*

O segundo momento da pesquisa foi a aplicação de questionário, no período de 15 de março de 2023 até o dia 30 de abril de 2023. Consideramos para o estudo as respostas de 35 mães ou gestantes regularmente matriculadas na sede cearense em cursos de graduação presencial.

Quanto ao perfil das estudantes, elas são, em sua maioria, de nacionalidade brasileira, a maioria cearense, sendo que uma delas é natural do estado do Pará e veio para o Ceará por conta do curso. Das 35 interlocutoras, apenas sete estudantes internacionais responderam ao questionário, cinco de nacionalidade angolana e duas da Guiné-Bissau.

No que se refere as interseccionalidades, todas as estudantes se afirmam com a identidade de gênero feminino. Destas, trinta afirmam ser negras, 13 pretas e 17 pardas, sendo que uma destas informou ser quilombola. Quatro se reconhecem como mulheres brancas e uma interlocutora, informou ser indígena.

Sobre a faixa etária das mães universitárias, elas apresentam idade de 20 a 41 anos. Ao analisar o número de filhos/as das estudantes-mães, observamos que 27 possuem apenas um filho/a, sendo que quatro destas vivenciavam a sua primeira gestação, seis possuem dois filhos/as e duas três filhos/as. Em relação ao período em que essas mulheres se tornaram mães, foi apontado que das 35 interlocutoras que responderam à pesquisa, 21 engravidaram durante o curso de graduação.

Outro achado importante para esse contexto de maternidade é a experiência de mobilidade, pois atualmente, 22 residem em Acarape ou Redenção, sendo que destas, somente duas são naturais de Redenção e uma de Acarape. Quando pensamos na localidade que estas estudantes residem atualmente, dezenove destas residem em Redenção ou Acarape, são naturais de outros países, cidades e estado. Esta questão é importante quando pensamos nas relações de apoio familiar, principalmente no período da gestação, mas sobretudo após o nascimento da criança.

Quando questionadas sobre as fontes de renda, 11 apontaram o Auxílio Estudantil como a principal fonte de renda, nove apontaram que o Auxílio Brasil desempenha a função de fonte de renda, quatro estudante tem o Auxílio Estudantil/Auxílio Brasil, duas estudantes estão trabalhando 40 horas ou mais por semana, duas dependem da ajuda financeira familiar e existem os casos específicos: uma estudante tem o Auxílio Brasil/Estágio Renumerado; estudante recebe Auxílio Brasil/ajuda financeira familiar; uma estudante tem Bolsa em projeto de ensino, pesquisa ou extensão; uma estudante apresenta que é bolsista e recebe pensão alimentícia, uma estudante depende do esposo e este é o provedor da renda familiar; uma afirma receber ajuda financeira familiar; e uma afirma não ter nenhuma fonte de renda.

A partir das informações apresentadas pelas estudantes, podemos projetar o perfil das mulheres mães universitárias como sendo, em sua maioria, mulheres negras, com faixa etária de 20 a 41 anos, maioria solteiras, com pelo menos um/a filho/a e são a principal responsável pelos cuidados da criança. A predominância é que elas migraram para residir mais próximo à universidade, se tornaram mães enquanto estudantes da IES e tem como principal fonte de renda o Auxílio Moradia.

### *Barreiras à permanência da discente mãe no ensino superior*

Entre os meses de agosto a outubro de 2023, realizamos uma pesquisa-ação junto às estudantes mães com foco na partilha de experiências, formações que pudessem ajudá-las em suas demandas pessoais e profissionais, com foco na promoção da autonomia e empoderamento do grupo que anseia por mudanças para concluir o curso universitário. As participantes elencaram três grandes barreiras à permanência no

ensino superior, são elas: barreiras burocráticas, barreiras infraestruturais e não menos importantes, as barreiras sociais.

### *Barreiras burocráticas*

O regime especial foi apontado pelas estudantes como um entrave burocrático importante durante o puerpério, seja por parte da coordenação, seja pelo entendimento do corpo docente para questões mais relacionadas ao período em que elas estão vivenciando, como nos mostra o relato da estudante:

Eu entrei em regime especial antes do tempo vigente, quando estava grávida, [...], porque eu fiquei adoecida, eu tive vários problemas de saúde, aí me deram o regime especial [por motivo de doença]. [...] só que por conta desse problema de saúde, a minha nené nasceu prematura extrema [...]. Eu não utilizei [regime especial por gestação]. Quando voltei para as aulas, fui dar entrada novamente no regime especial, porque a gente ficou internada, por causa do que aconteceu com ela. [...] O DIASE me concede o regime especial, só que quando ele passa para minha coordenação, a minha coordenação barra. [...] alegação do coordenador foi por questão burocrática. (Betânia, 35 anos, estudante-mãe).

A questão de Betânia está diretamente ligada ao entendimento burocrático das questões, que não personifica o caso, pois para além de uma questão burocrática, existe uma pessoa que está vivenciando uma experiência específica, seja nos casos de regime por motivo de doença ou mesmo gravidez. O estranhamento que causa neste caso é que a coordenação, reconhecendo a trajetória da estudante e a vulnerabilidade da ocasião, deveria auxiliar esta estudante e não prejudicá-la.

### *Barreiras Infraestruturais*

Outro fator que torna a experiência materna mais cansativa é a infraestrutura, pois também estamos falando sobre inclusão e acessibilidade e neste quesito as mães universitárias também não conseguem ter acesso pleno, como, por exemplo, ao elevador:

Você precisa esperar até às 36 semanas para solicitar o regime especial, sendo que com o final da gravidez a gente tá muito cansada, aí tem que ir para aula, no meu caso é no Palmares, tem as escadas e tem o elevador, aí tem que ir atras de alguém para te dar acesso ao elevador, aí quando é para descer, você precisa pedir para alguém falar com o segurança para ligar o elevador e se não tiver, você precisa descer as escadas. (Felipa, 27 anos, estudante-mãe).

Além do acesso ao elevador, as estudantes com crianças pequenas têm grande dificuldade para utilizar os banheiros da universidade, “Em Palmares, às vezes



CUNHA, A. C. A.; PAIVA, G. M. F. e.

nem água a gente encontra nos banheiros para dar um banho no nené, ou seja, hoje, para quem estuda em Palmares e tá com o bebê, não tem muita opção.” (Felipa, 27 anos, estudante-mãe). Nem água, nem um trocador e é comum vermos as estudantes-mães de crianças pequenas fazendo malabarismo para trocar a fralda da criança, isso quando ninguém se propõe a ajudar.

No que se refere a alimentação da estudante-mãe e da criança, este é outro desafio cotidiano, pois para as crianças que tem mais de 6 meses a refeição costuma ser realizada com as mães no Restaurante Universitário.

Sobre o RU, a gente não ter direito a tomar um suco, comer uma sobremesa, porque não é só eu, é qualquer mãe, ela vai deixar seu filho comer primeiro e tomar o suco, né? Tem mães aqui que tem mais de uma criança, e os filhos ficam brigando por um suco e uma sobremesa.” (Lis, 33 anos, estudante-mãe).

Existem alguns embates, pois o contrato da prestadora de serviço do Restaurante Universitário estabelece que as refeições sejam destinadas exclusivamente para os estudantes, mas como uma mãe vai se alimentar e deixar o seu filho com fome?

Todos estes aspectos desestruturam as estudantes-mães, o que afeta ainda mais as suas questões sociais e perpetuam a sensação de estarem só, principalmente para aquelas que não possuem qualquer suporte ou rede de apoio, a exemplo, temos as experiências das estudantes internacionais, a partir das suas falas, nos faz compreender a dimensão da solidão materna. “Imagine você, aqui sozinha, como um filho, como é que a pessoa pode se virar para estudar?” (Lua, 26 anos, estudante-mãe).

A gente acaba passando por cada situação e não tem com quem conversar, não tem com quem partilhar, chega a ser muito difícil, ainda mais sendo mãe, tendo que cuidar de alguém. (Helena, 23 anos, estudante-mãe).

A solução para estas questões acabam sendo levar a criança para o ambiente universitário, o que impacta diretamente nas relações sociais e acadêmicas das estudantes, pois nem todos/as os/as professores/as e colegas de sala estão dispostos a dividir o ambiente acadêmico com uma criança, como veremos adiante.

O ambiente da sala de aula nem sempre é favorável para as mães e para as crianças, pois, “Tem professor que não aceita a criança na sala, a criança chora, ela quer mamar, ela sente frio e é constrangedor” (Helena, 23 anos, estudante-mãe). São comuns os relatos das estudantes que apontam que professores/as demonstram desaprovação das crianças no ambiente universitário, mas também existem professores/as que são solidários e entendem a situação, mas o que marca a experiência da maternidade são os momentos de rejeição.”

### *Barreiras Sociais*

Outro ponto que deve ser destacado são os desafios vivenciados pelas estudantes-mães relacionados aos estigmas. Para Carlos Roberto Bacila (2015, p. 20), os estigmas são estruturados a partir de metarregras, sendo estas, “estruturas objetivas da sociedade e estão baseadas sobre relações de poder”, onde “a marca (sexo, raça, condição social, necessidade especial, religião, etc.), e outro subjetivo (valoração negativa ou depreciativa)” (2015, p. 23) definem quem são os/as sujeitos/as estigmatizados/as.

Ser mulher, mãe e universitária compõem alguns dos estigmas que as estudantes sofrem ao estar presentes em uma universidade pública. No contexto da IES, que seu corpo estudantil é formado por nacionalidades brasileiras, angolanas, caboverdianas, guineenses, são-tomenses, moçambicanas e timorenses, existem outros demarcadores que estão atrelados a experiência universitária. A vulnerabilidade social, econômica, o racismo e a xenofobia, caminham lado a lado, o que impacta diretamente na permanência no ensino superior.

Lua é uma estudante da Guiné-Bissau e Helena é de Angola, ambas vivenciaram a experiência da maternidade enquanto estudantes na IES. Para as estudantes internacionais, a experiência materna pode vir acompanhada de outros desafios, pois, a depender de como tenha ocorrido a gravidez, a comunidade a qual a estudante pertence vai tratá-la com indiferença. Se ela engravidou e será mãe solo, ou mesmo se a criança é fruto de um relacionamento com um homem de outra nacionalidade, isso pode acarretar uma rejeição.

Além da solidão materna, existem casos bem específicos, como o caso da Flor, que é natural de Redenção-CE. Ela é mãe de três, mas apenas duas estão sob sua responsabilidade, uma de oito anos e a mais nova de quatro. No primeiro semestre da pesquisa, ela expôs que sempre levava as crianças para aula, pois a avó das crianças já cuidava delas quando ela precisava cumprir o expediente do trabalho, “Eu acho muito puxado deixar elas direto lá, a tarde e à noite com a minha mãe, fica muito cansativo para ela [mãe]”. (Flor, 35 anos, estudante-mãe). No entanto, no semestre seguinte, ela teve que deixar as filhas sozinhas em casa:

Ultimamente eu estou deixando minhas filhas em casa sozinhas, durante a noite, então uma fica cuidado da outra. Nem sempre é possível trazer, principalmente na aula de sexta-feira, que o professor costuma falar muito palavrão. Eu realmente prefiro deixá-las em casa. (Flor, 35 anos, estudante-mãe).

Sobre isso, devemos destacar a postura do professor, que deveria estar atento a sua performance e fala por estar na presença das crianças, demonstrando a não qualificação dos seus modos, principalmente se pensarmos que a universidade é um espaço público e de aprendizagem. É uma realidade que causa sofrimento nas mães, das incertezas de como ela conseguirá dar conta das múltiplas jornadas, principalmente para aquelas que não tem apoio.

CUNHA, A. C. A.; PAIVA, G. M. F. e.

Não sei com quem vou deixar a minha criança daqui para frente, quando eu for para a universidade e não tenho uma rede de apoio, chega a ser mais difícil ainda, então eu acho que a gente precisa ser ouvida, a universidade precisa nos dar ouvidos e entender pelo que estamos passando. (Helena, 23 anos, estudante-mãe).

A intolerância às mães e às crianças no ambiente universitário são recorrentes, muitas mães percebem as violências através do olhar, como afirma Lis (33 anos, estudante-mãe), “enquanto mãe, a sensação que a gente tem é que muitas pessoas acham, acreditam realmente que, o nosso lugar não é na universidade. Que se a gente tá ali com a criança, a gente tá errada, porque a gente deveria tá em casa, já que a gente teve filho”.

Além disso, a dupla jornada impõe às estudantes-mães a dificuldade para se relacionar e o isolamento social, pois os vínculos com os colegas e até mesmo com o corpo docente são impossibilitados pela não presença da estudante nos espaços universitários. “Na universidade, a socialização é essencial para a construção de estratégias de aprendizagem e alívio afetivo”, no entanto, o ato de ser mãe “alteram a capacidade de formação de uma rede amigável com estudantes e professores.” (Antloga et al. 2023, p. 10).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, tivemos como objetivo, compreender sobre os desafios enfrentados pelas estudantes mães para permanecer no Ensino superior, a partir de uma pesquisa-ação realizada em uma Universidade no interior Cearense.

Foi observado a partir dos dados fornecidos pela IES e do levantamento realizado por esta pesquisa que, não sabemos ao certo quantas mulheres mães-universitárias estão regularmente matriculadas na universidade atualmente, mas se elas não são reconhecidas através dos dados institucionais, elas não existem, assim como as suas crianças. Diante disso, é preciso criar mecanismos para conhecer as principais necessidades deste público-alvo no que tange às políticas de permanência e assistência universitária, para assim, superar as desigualdades de acesso e permanência por meio dos programas de benefícios sociais (Teixeira, 2016), na Universidade.

Se por meio da política de cotas, a Universidade amplia o acesso, a maternidade não deveria ser um empecilho para ser cientista/pesquisadora, no entanto, dentro da dinâmica universitária. O cenário atual é que não existem espaços de acolhimento para as estudantes mães e seus filhos e filhas, é necessário buscar caminhos para além dos auxílios estudantis, que embora sejam importantes economicamente, não garantem a aprendizagem e a afetividade necessária às estudantes.

Com base na nossa pesquisa, o perfil das mulheres mães universitárias que estudavam na época na Universidade era, sua maioria, composta por mulheres negras, com faixa etária de 20 a 41 anos, maioria solteiras, com pelo menos um/a filho/a e são a principal responsável pelos cuidados da criança e que migraram para residir mais próximo à universidade. Como foi apresentado nos resultados, além das estudantes internacionais, tivemos a participação de mães de municípios próximos e distante dos *campi* Universitários.

Essas estudantes mencionaram que além das barreiras burocráticas, elas enfrentam barreiras sociais, como o preconceito e a intolerância que se ampliam e amalgamam com as barreiras da infraestrutura da Universidade. Aprender na Universidade vivenciando tantos desafios é uma luta diária para conseguir concluir o curso superior.

Ressaltamos que a experiência materna não é algo unificado, não foi, não é e não será igual para todas as mulheres, pois esta é singular, e é construída de acordo com um conjunto de fatores que vão tornar a maternidade mais prazerosa ou não, a exemplo de mães que estão sobrecarregadas, pois não contam com rede de apoio.

Portanto, é preciso que sejam criados e adaptados mecanismos de apoio a este perfil discente, assim como o estabelecimento de uma rede de apoio que assista tanto às mães universitárias, como os seus/suas filhos/as.

Artigo recebido em: 30/08/2024

Aprovado para publicação em: 04/12/2024

---

#### THE CHALLENGES OF KEEPING MUM STUDENTS IN HIGHER EDUCATION

**ABSTRACT:** This research aimed to understand the challenge faced by student mothers in staying in higher education. To achieve this, a qualitative, exploratory investigation was conducted, focusing on the development of an action-research project at a university in Ceará. The study comprised the following stages: a) literature review and documentary research; b) questionnaire application; c) discussion groups and training sessions for supporting students; and d) creation of a document outlining the students' demands. Through this process, it was possible to understand the university's support policies for student mothers, outline their profile considering demographic data and life experiences, and identify the need for more effective mechanisms to ensure their continued presence at the university based on the findings.

**KEYWORDS:** Student Mothers; University Stay; Action Research.

---

#### LOS RETOS DE LA PERMANENCIA DE LOS ESTUDIANTES MAMÁS EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR

**RESUMEN:** Esta investigación tuvo como objetivo comprender los desafíos que enfrentan las estudiantes madres para permanecer en la educación superior. Para ello, se realizó una investigación cualitativa, de tipo exploratoria, centrada en el desarrollo de una investigación-acción en una universidad en Ceará. El estudio pasó por las siguientes etapas: a) revisión bibliográfica e investigación documental; b) aplicación de cuestionarios; c) grupos de conversación y formaciones para apoyar a las estudiantes; y d) creación de un documento con las demandas de las estudiantes. Así, fue posible conocer las políticas de apoyo de la universidad hacia las estudiantes madres, trazar un perfil de ellas, considerando datos demográficos y experiencias

CUNHA, A. C. A.; PAIVA, G. M. F. e.

de vida. Con base en los relatos, es necesario crear mecanismos más efectivos para garantizarla permanencia de las estudiantes madres en la universidad.

**PALABRAS CLAVE:** Madres Estudiantes; Estancia Universitaria; Investigación-acción.

---

## NOTAS

1-Este artigo é fruto de dissertação de mestrado e apoiada pela FUNCAP.

2-A referida investigação passou pela avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa e foi aprovada com CAAE: 66533522.8.0000.5576.

## REFERÊNCIAS

ALVES, I. B. **Ciência e Maternidade:** Desafios e Perspectivas para a Permanência de Mulheres-Mães no Ensino Público Superior. Dissertação (Mestrado em Políticas e Direitos Humanos). Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da Universidade Católica de Pelotas, 2019. Disponível em:

<https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wpcontent/uploads/sites/5/2020/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Isabela-Baptista-Alves.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024

ANTLOGA; C. S.; et al. Percepção de Danos Físicos, Psíquicos e Sociais no Trabalho de Ser Mãe Universitária. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. 1-15, 2023. Disponível em:

<https://qa1.scielo.br/j/pcp/a/wvTKwnSdpfdqP6yd7V6HpVh/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 30 abr. 2024.

BACILA, C. R. **Criminologia e Estigma:** um estudo sobre os preconceitos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. **Portaria nº 2.005, de 14 de novembro de 2023.** Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de promover estudos técnicos e propor diretrizes e elementos necessários à elaboração de uma Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras. Ministério da Educação. 2023. Disponível em:

<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-2005-2023-11-14.pdf>.

BRASIL. **PNAD:** mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico.

Agência Brasil. Publicado em 11 de agosto de 2023. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico#:~:text=A%20Pesquisa%20Nacional%20por%20Amostra,homens%20utilizam%2011%2C7%20horas>. Acesso em: 20 out.2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.741, de 2022.** Câmara dos Deputados. 2022. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2194262&filenome=Avulso+-PL+1741/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2194262&filenome=Avulso+-PL+1741/2022). Acesso em: 18 ago.2024.

BRASIL. **A Lei de Acesso à Informação (LAI)**, n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Presidência da República. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de Julho de 2010**, Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Presidência da República. 2010. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 20 fev.2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, 1988. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 fev.2024.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. 2.ed. Campinas, SP: Editora Papirus, 2004.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.

**Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 10 abr. 2024

FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as)**

**Graduandos (as) das IFES – 2018**. Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de

Assuntos Estudantil. 2019. Disponível em: [https://www.andifes.org.br/wp-](https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf)

[content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf](https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

NUNES, C.; SILVA, L. M. N. Acesso e Permanência na Educação Superior X Exercício da Maternagem: Entre Trajetórias, Representações e Exigibilidade de Políticas Estudantis.

**Revista Direito UnB**: Brasília. v. 04, nº. 1, janeiro – abril, 2020.

PINHEIRO, E. B. A trajetória da assistência estudantil no contexto da política de educação:

Educação Superior, Assistência Estudantil e o PNAES. **Anais** do 16º Encontro Nacional de

Pesquisadores em Serviço Social, UFES, Vitória/ES, 2018.

CUNHA, A. C. A.; PAIVA, G. M. F. e.

TEIXEIRA, L. de G. A. **Políticas públicas de assistência estudantil no Instituto Federal Goiano - Câmpus Urutaí: um olhar de gênero.** 2016. 158 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18. ed. Paulo: Cortez, 2011.

UFC. **Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência:** conheça pesquisadoras que atuam pela igualdade de gênero na UFC. Publicado em 9 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.ufc.br/noticias/18609-diainternacional-das-mulheres-e-meninas-na-ciencia-conheca-pesquisadoras-que-atuam-pela-igualdade-de-generona-ufc>. Acesso em: 18 abr. 2024.

UFSC. **UFSC promove audiência pública sobre política de permanência de estudantes mães.** Publicado em: 07 de março de 2024. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2024/03/ufsc-promove-audiencia-publica-sobre-politica-de-permanencia-de-estudantes-maes/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

UNESP. **Auxílio Licença Maternidade/Paternidade.** [s.d.] Disponível em: <https://www.feb.unesp.br/#!/ensino/graduacao/auxilio-maternidade-paternidade/>. Acesso em: 15 set. 2023.

---

ANA CÁSSIA ALVES CUNHA: possui mestrado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH-UNILAB, 2024), é licenciada em Pedagogia (UNILAB), bacharel em Humanidades (UNILAB) e em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo (UniFanor/PROUni).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6029-3496>

E-mail: [anacassia.alves@gmail.com](mailto:anacassia.alves@gmail.com)

---

GEÓRGIA MARIA FEITOSA E PAIVA: doutora e mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e bacharel em Comunicação Social - Habilitação em Publicidade e Propaganda (UNIFOR). É professora adjunta do Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL), membro permanente do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) e do Mestrado em Estudos da Linguagem (MEL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Atua como líder do Grupo de Pesquisa em Preconceito, Polidez e Impolidez Linguística (GEPPIL) e é membro do Gelp-Colin. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2915-9416>

E-mail: [georgiafeitosa@unilab.edu.br](mailto:georgiafeitosa@unilab.edu.br)

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).